



**Regulamento do  
Programa de Apoio “Direito à Alimentação”  
no Município de  
Sintra**

**Com as alterações introduzidas na sequência de Parecer da Comissão de  
Assuntos Sociais da Assembleia Municipal de Sintra e com o aditamento  
introduzido por deliberação da Assembleia Municipal de 23 de Fevereiro  
de 2012**

**23 de Fevereiro de 2012**

Regulamento aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de Sintra de 23 de Novembro de 2011

Aditamento aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de Sintra de 23 de Fevereiro de 2012



## **Regulamento do Programa de Apoio “Direito à Alimentação” no Município de Sintra**

### **Preâmbulo**

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, prevê que *“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem estar, principalmente quanto à alimentação”*. Todavia, como é consabido, a Constituição da República Portuguesa não contempla o “Direito à Alimentação”, sendo o mesmo um direito fundamental de todo o ser humano.

Aliás, o direito a uma alimentação variada e sadia, em plenas condições de segurança alimentar, que assegure um correcto desenvolvimento físico, emocional e intelectual constitui um direito de todos.

É em extremo preocupante, principalmente no início do século XXI em que o homem tem atingido patamares inigualáveis de conhecimento técnico e científico, que numa Nação integrante da União Europeia existam pessoas, famílias, grupos vulneráveis e desfavorecidos que não possam suprir as suas próprias necessidades.

Existe assim um problema que deve ser objecto de uma atenção especial, tendo em vista o concretizar do direito à alimentação.

Foi com esse escopo que a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, sob o alto patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, e em conjunto com a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades, lançou recentemente a Campanha Nacional para o Direito à Alimentação.



Foi com esse intuito que foi feito um apelo de adesão aos Municípios os quais têm atribuições no âmbito da acção social e particulares responsabilidades como dinamizadores da rede social e catalizadores de iniciativas que possam beneficiar os mais carenciados.

Apelo a que o Município de Sintra aderiu através da aprovação unânime em sessão da Câmara Municipal de Sintra, de 30 de Março de 2011 de um compromisso formal com o teor da Carta do Direito à Alimentação, aderindo como parceiro à Campanha Nacional para o Direito à Alimentação.

Até porque, no plano do concreto têm vindo a ser sinalizadas, no âmbito da rede social e através dos serviços da autarquia, situações de carência que urge resolver, sendo os mecanismos instituídos pela administração central, designadamente através da Segurança Social, insuficientes para cobrir todos os domínios, nem acorrer a todas as situações emergentes, face à crise, de todos conhecida.

Assim, não obstante a Campanha Nacional para o Direito à Alimentação dispor de regulamentação própria, a qual se aplica à gestão da iniciativa como um todo e à articulação dos diversos intervenientes, julgou-se relevante que fossem estabelecidos critérios gerais e abstractos aplicáveis a quem possa vir a beneficiar das refeições a disponibilizar.

A necessidade de regulamentar a matéria em apreço encontra-se directamente conexas ao cumprimento dos princípios da actividade administrativa, designadamente o princípio da justiça, o princípio da igualdade e o princípio de equidade, dada a eficácia externa e a relevância social da iniciativa.



O exposto no parágrafo anterior reflecte também a posição oportunamente assumida pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e pela Inspeção Geral das Autarquias Locais quanto à prestação de apoios.

Assim, ao abrigo do Despacho n.º 28-P/2011, de 6 de Abril, foi elaborado pelo respectivo grupo de trabalho um projecto de regulamento, o qual foi sujeito a audiência dos interessados nos termos do artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, sendo o mesmo simultaneamente submetido, nos termos do disposto no artigo 118.º do mesmo diploma, a apreciação pública pelo prazo de trinta dias, através da publicação do Aviso nº 10064/2011, na II Série do Diário da República nº 85, de 3 de Maio.

Foram consultadas no âmbito da audiência dos interessados, as instituições com intervenção na área social, tendo sido recebidos contributos da ARPIMA e da Liga dos Amigos da Terceira Idade “Os Avós”.

Na sequência da análise e ponderação do que precede, foram efectuadas as alterações tidas por pertinentes.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) a c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal aprova na 5ª Sessão Ordinária ( 1ª reunião ) de 23 de Novembro de 2011, o **Regulamento do Programa de Apoio “Direito à Alimentação” no Município de Sintra**

.



## **Capítulo I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1º**

##### **Lei habilitante**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do artigo 112.º, n.º 8 e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 13º, conjugado com o n.º 3 do artigo 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, dos artigos 53.º, n.º 2, alínea a), 64.º, n.º 4, alíneas a) a c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos dos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

#### **Artigo 2.º**

##### **Objecto e âmbito de aplicação**

- 1 - O presente regulamento integra as disposições por que se rege a atribuição de apoios em forma de refeições no âmbito da iniciativa “Direito à Alimentação”.
- 2 – As normas do presente regulamento e em especial as constantes dos Capítulos II e III, são aplicáveis aos demais programas desenvolvidos pelo Município de Sintra que tenham por objecto o apoio alimentar e que não disponham de regulamento próprio.
- 3 – Os destinatários da iniciativa são pessoas carenciadas de alimentação, residentes no Município de Sintra, que se encontrem transitoriamente em situação económica e financeira especialmente difícil.



4 – Os interessados são seleccionados pela Câmara Municipal de Sintra, através do serviço gestor do presente programa, com a colaboração dos parceiros sociais locais.

### **Artigo 3.º**

#### **Objectivos**

São objectivos do Regulamento:

a) Estabelecer critérios de uma aferição isenta, assente em factores quantificáveis e ponderáveis da necessidade de pessoas e famílias beneficiarem da Campanha Nacional do “Direito à Alimentação” de que o Município de Sintra é parceiro.

b) Criar os mecanismos para apoiar de forma célere os carenciados.

### **Artigo 4.º**

#### **Competência e responsabilidade da gestão**

A organização e gestão de todos os procedimentos de atribuição de apoios no âmbito do presente Regulamento é da exclusiva competência da Câmara Municipal de Sintra, através do Departamento Acção Social, Saúde e Habitação, ou em caso de alteração estrutural, da unidade orgânica que tenha essa incumbência.

### **Capítulo II**

#### **Candidaturas**

### **Artigo 5.º**

#### **Abertura e formalização das candidaturas**

1 - As candidaturas encontram-se permanentemente abertas, enquanto durar a Campanha do Direito à Alimentação, sendo as mesmas decididas pelo eleito com



competência própria ou delegada/subdelegada na área da acção social, sob proposta do serviço gestor.

2 – A concretização da candidatura efectiva-se mediante o preenchimento de formulário adequado, disponível na página da Câmara em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) , acompanhado da seguinte documentação:

- a) Cópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
- b) Cópia de cartão de eleitor, ou na sua falta atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia competente;
- c) Cópia de Cartão de Beneficiário da Segurança Social (ou outro) e Cartão de Utente do Serviço Nacional de Saúde, ou outro sistema de apoio;
- d) Cópia dos documentos comprovativos dos rendimentos do agregado familiar;
- e) Cópia dos documentos comprovativos das despesas mensais;
- f) Cópia da declaração de IRS do candidato e dos elementos do agregado familiar, que com ele habitem referentes ao ano anterior à candidatura.

3 - Não tendo o candidato nacionalidade portuguesa, a cópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão é substituída por cópia do título habilitante à residência permanente em território português, emitido pelo organismo competente, nos termos legalmente aplicáveis.

4 – As candidaturas podem ser entregues directamente nos serviços da Câmara Municipal de Sintra , através das Juntas de Freguesia do Concelho, por via postal, ou outro meio legalmente admissível.

5- Quando as candidaturas sejam entregues através das Juntas de Freguesia, o serviço gestor deve solicitar parecer fundamentado desse órgão.



## **Artigo 6.º**

### **Medidas de apoio**

- 1 - O apoio alimentar concretiza-se mediante a atribuição de um cartão
- 2 – O modelo do cartão é aprovado pelo eleito com competência própria ou delegada/subdelegada na área da acção social, sob proposta do serviço gestor.
- 3 - O apoio pode revestir-se das seguintes modalidades de fornecimento da refeição, dependentes da apreciação do caso concreto pelos serviços e pelos parceiros sociais locais:
  - a) Toma refeição no local de fornecimento;
  - b) *Take away*

## **Artigo 7.º**

### **CrITÉRIOS de avaliação das candidaturas**

- 1- O apoio, está sempre condicionado à disponibilidade de refeições existentes por parte dos parceiros do Município de Sintra.
- 2 - A selecção das candidaturas relativas a pessoas ou famílias em situação de carência é efectuada, nos termos da fórmula e especificações constantes do anexo I ao presente regulamento, que o integra para todos os efeitos, tendo em conta a capitação ou rendimento *per capita*, de acordo com os seguintes parâmetros:
  - a) Agregado familiar ;
  - b) Rendimentos ;
  - c) Despesas fixas mensais.





3 – Considera-se em situação de carência o indivíduo ou agregado familiar cujo rendimento *per capita* seja igual ou inferior à pensão social, representando um situação de risco ou de exclusão social.

4 - Considera-se agregado familiar o conjunto de pessoas constituído pelo requerente, pelo cônjuge ou pessoa que com aquele viva há mais de dois anos em condições análogas, designadamente em união de facto , pelos parentes ou afins em linha recta ou até ao 3º grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais, por força de lei ou de negócio jurídico haja obrigação de convivência ou de alimentos e ainda outras pessoas que vivam em coabitação com o requerente, devidamente fundamentada e comprovada.

#### **Artigo 8.º**

##### **Causas de exclusão**

1 – Sem prejuízo da responsabilidade penal que ao caso couber, é causa de exclusão da candidatura a prestação de falsas declarações ou a adulteração dos dados dos documentos entregues por parte do interessado.

2 – A Câmara Municipal de Sintra pode solicitar a entidades terceiras a confirmação dos dados que integram as candidaturas.

#### **Artigo 9.º**

##### **Apreciação das candidaturas e decisão**

1 – No prazo de quatro dias úteis contados a partir da recepção da candidatura, a unidade gestora analisa a mesma e respectiva documentação de suporte, apresentando ao eleito com competência própria ou delegada/subdelegada na área da acção social, proposta fundamentada.



2 – No prazo de dois dias úteis contados a partir da apresentação da proposta dos serviços, o eleito com competência própria ou delegada/subdelegada na área da acção social exara despacho sobre o documento.

3 - O eleito com competência delegada ou subdelegada para o efeito, ao abrigo da alínea c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro decide sobre o apoio e o serviço gestor emite o cartão.

### **Capítulo III**

#### **Incumprimento**

#### **Artigo 10.º**

##### **Verificação do cumprimento**

1 - A verificação do cumprimento do presente regulamento incumbe ao serviço gestor.

2 – Qualquer incumprimento que se verifique deve ser, de imediato, comunicado por escrito ao eleito com competência própria ou delegada/subdelegada na área da acção social para que sejam tomadas as providências que se afigurem legal e regulamentarmente adequadas.

#### **Artigo 11.º**

##### **Consequências do incumprimento**

O incumprimento por parte do interessado implica a revogação do benefício, ou a sua suspensão até que a situação esteja esclarecida, dependendo do grau de culpa, da complexidade do caso e das circunstâncias em concreto.



## **Capítulo VI**

### **Disposições finais e transitórias**

#### **Artigo 12.º**

##### **Relatório**

Das estatísticas de aplicação da Campanha Nacional para o “Direito à Alimentação” no Município de Sintra é elaborado um relatório trimestral tornado público na página da Câmara Municipal de Sintra em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt).

#### **Artigo 13.º**

##### **Integração de lacunas e interpretação**

1 - Em tudo o que não estiver previsto no presente regulamento, regem as disposições legais aplicáveis e o Regulamento da Campanha Nacional para o “Direito à Alimentação”, que o integra, como anexo II.

2 - As dúvidas suscitadas na interpretação deste regulamento e a resolução de casos omissos são resolvidos por despacho do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da acção social.

#### **Artigo 14.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias úteis após a sua publicitação nos termos legais.

## Definição da situação de carência

**1 . Carência** – Conceito constante do nº 3 do artigo 7º do Regulamento.

### **2 . Capitação ou Rendimento Per Capita**

O *rendimento per capita* ou capitação calcula-se com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{RF - D}{N}$$

Sendo:

**R** = rendimento per capita

**RF** = Rendimento mensal líquido do agregado familiar

**D** = despesas fixas

**N** = Número de elementos do agregado familiar

**3. Agregado familiar** - Conceito constante do nº 4 do artigo 7º do Regulamento.

### **4. Rendimentos**

Os rendimentos a contemplar são provenientes de:

- 4.1. trabalho, bens imobiliários e mobiliários deduzidos os montantes referente às contribuições obrigatórias para os regimes de Segurança Social;
- 4.2. pensões;
- 4.3. prestações complementares e outras;
- 4.4. subsídio de desemprego;
- 4.5. subsídio de doença;
- 4.6. bolsas de estudo e de formação.

## **5. Despesas fixas mensais**

- 5.1. Valor mensal da despesa com aquisição ou arrendamento de habitação, não devendo, independentemente do valor efectivamente prestado, ser contabilizado valor superior a € 500.00 (quinhentos euros).
- 5.2. Despesas mensais com água, luz e gás, mediante apresentação de facturas;
- 5.3. Despesas mensais com telecomunicações (telefone fixo e móvel), é contabilizado valor até 7,50 € por elemento do agregado familiar.
- 5.4. Encargos mensais com transportes públicos para deslocações relacionadas com educação ou actividade profissional. Considerar as despesas com transportes para o emprego (passe social ou gasolina a €0,36 por quilómetro – Dec-Lei n.º 137/2010 de 28 de Dezembro), quando não haja transportes públicos ou quando estes não cubram os horários de trabalho - ex. trabalho por turnos.
- 5.5. Despesas com saúde, nomeadamente com a aquisição de medicamentos e/ou outros tratamentos de uso continuado, desde que por receita médica.
- 5.6. Despesas com a inscrição, mensalidades e outros encargos de membros do agregado familiar em equipamentos de apoio à família devidamente licenciados, nomeadamente amas, creches, jardins de infância, atl's, centros de dia, apoio domiciliário, lares de idosos e outros.
- 5.7. Despesas com a inscrição, mensalidade, propinas e educação do agregado familiar, devidamente comprovadas



## **ANEXO II**

### **REGULAMENTO CAMPANHA NACIONAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO**

O direito à alimentação é um dos pilares da nossa civilização.

Em épocas de crises e roturas sociais, os cidadãos devem apelar aos seus valores éticos e culturais, assumindo as adequadas responsabilidades através de iniciativas voluntárias.

A alimentação mínima, essencial à sobrevivência, à manutenção da saúde e ao desenvolvimento digno e justo de todos os cidadãos, sem excepção de idade e poder económico, tem que ser garantida.

A AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal e a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sob o alto patrocínio de Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa, e com o apoio da Fundação Calouste de Gulbenkian e dos restantes membros da Comissão de Honra, promovem a Campanha Nacional para o Direito à Alimentação – DA, induzindo capacidades e responsabilidades, através da congregação de esforços e boas vontades, que promovam as adequadas iniciativas voluntárias.

Assumimos a responsabilidade social de criar uma Rede Nacional de Solidariedade, dirigida às famílias e aos cidadãos carenciados de alimentação, digna e suficiente, sob o desígnio do Direito à Alimentação.

Pretende-se que adiram a esta iniciativa todas as empresas e instituições que disponibilizam refeições em prol da Campanha.

Podem ser desde estabelecimentos de hotelaria e restauração, ou cantinas escolares e cantinas de empresas e instituições, que se comprometem a disponibilizar refeições. Todos podem participar na Campanha, através da adesão voluntária, garantida pela operação do BUE – Balcão Único Empresarial ®.

A operacionalização da Campanha DA rege-se pelo presente Regulamento.

#### **1 Objectivos**

A Campanha Nacional para o Direito à Alimentação visa congregar esforços de diversas entidades da sociedade portuguesa, da esfera pública e privada, com vista a proporcionar aos grupos sociais mais afectados pela crise económica actual, condições mínimas adequadas de acesso à alimentação.

#### **2 Natureza**

A Campanha disponibilizará refeições a título gratuito a cidadãos seleccionados pelas redes sociais municipais, que se encontrem transitoriamente em situação económica e financeira especialmente difícil, através do acesso a estabelecimentos de hotelaria e restauração aderentes.



### 3

#### **Coordenação da Campanha**

1. A AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal fará a coordenação nacional da Campanha, incluindo a sua dinamização, publicitação e apoio logístico global.
2. A ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, enquanto entidade parceira desta iniciativa, tem como particulares competências a coordenação e divulgação da Campanha a todos os Municípios, incentivando a adesão e inscrição destes na qualidade de Parceiros, e prestando todos os esclarecimentos necessários.

### 4

#### **Entidades operacionais envolvidas**

A Campanha será materializada no terreno sobretudo por dois tipos de entidades:

1. Os Municípios aderentes que, beneficiando das suas redes sociais, identificarão e seleccionarão os cidadãos beneficiários da Campanha e apoiarão activamente, em termos logísticos e administrativos, a sua concretização no concelho;
2. Os estabelecimentos de hotelaria e restauração aderentes que disponibilizarão refeições confeccionadas a serem entregues aos cidadãos carenciados seleccionados.

### 5

#### **Municípios, na qualidade de Parceiros**

1. A adesão dos Municípios à Campanha faz-se através do sítio [www.direitoalimentacao.org](http://www.direitoalimentacao.org).
2. Para o eficaz funcionamento desta Campanha, o Município deve identificar um interlocutor privilegiado e reportar, através do sítio da campanha, os seus contactos mais directos, sendo que esta pessoa poderá não pertencer directamente ao Município, mas à sua rede social.
3. Após a concretização da adesão, o Município receberá um e-mail automático a confirmar a sua condição de Município aderente, a solicitar-lhe o preenchimento dos dados sobre as pessoas com carências alimentares do concelho e a indicar o "Nome de Utilizador" e "Senha de Acesso" para que possa aceder à sua área reservada no sítio [www.direitoalimentacao.org](http://www.direitoalimentacao.org).
4. Nos termos dos números anteriores, o Município terá de aceder à sua área de acesso reservado, através da inserção do "Nome de Utilizador" e "Senha de Acesso" que lhe foi enviado no e-mail de validação da sua adesão, e proceder à identificação de todos os cidadãos carenciados de alimentação residentes no concelho que irão usufruir desta Campanha.
5. O Município deverá ainda promover a correcta transmissão de informação aos cidadãos carenciados de alimentação, no sentido de estes virem a ser beneficiários desta iniciativa.
6. Directamente, ou através da sua rede social, o Município deverá fazer a validação da condição de carência de todas as pessoas beneficiárias desta Campanha, com uma periodicidade trimestral, evitando deste modo que estas permaneçam nesta condição.
7. Os critérios para identificação e selecção dos cidadãos com carências alimentares fica a cargo dos Municípios, ou em quem estes deleguem.



8. Durante a operação da Campanha, cada Município, através da sua área reservada, onde estará a base de dados dos cidadãos com carências alimentares e a base de dados dos estabelecimentos aderentes, fará, de uma forma automatizada, a atribuição dos cidadãos por cada estabelecimento aderente. O resultado desta acção, que será a criação de uma lista, deve ser vinculada via e-mail, ou por qualquer outro tipo de contacto, para o estabelecimento aderente. Esta lista será válida pelo período de uma semana, ao fim da qual deverá ser remetida uma nova ou revalidada a anterior.

9. Fica ainda a cargo do Município alertar o cidadão com carências alimentares sobre o estabelecimento aderente onde deverá ir buscar as refeições, o horário em que as mesmas estão disponíveis e sobre a necessidade de estas se fazerem acompanhar dos respectivos recipientes.

## 6

### **Estabelecimentos de Hotelaria e Restauração, na qualidade de Doadores**

1. Podem aderir à Campanha todos os empreendimentos turísticos, estabelecimentos de alojamento local e estabelecimentos de restauração, que confeccionem refeições.

2. A adesão do estabelecimento aderente à Campanha faz-se através do sítio [www.direitoalimentacao.org](http://www.direitoalimentacao.org). Contudo, os estabelecimentos que justifiquem não ter acesso à internet, e portanto não possam efectivar a sua inscrição por esta via, deverão preencher a Ficha de Inscrição em papel. Esta Ficha deverá então ser solicitada à AHRESP que depois de a receber, devidamente preenchida, ficará com a responsabilidade de inserir os dados do estabelecimento aderente no sítio da Campanha.

3. O estabelecimento poderá aderir à Campanha, adquirindo a qualidade de Doador, comprometendo-se a fornecer refeições completas, gratuitas e em regime de Take Away.

4. Ao proceder à sua adesão, o estabelecimento deverá facultar um conjunto de informação relativa às condições em que as refeições irão ser disponibilizadas, nomeadamente dias da semana, n.º de refeições a disponibilizar por dia e horário em que as mesmas estão disponíveis. Para validar a sua inscrição, o estabelecimento aderente terá que aceitar os “Termos e Condições” propostos, que não são mais do que a reprodução do conteúdo deste regulamento, acrescido da autorização para cedência dos dados do estabelecimento ao respectivo Município.

5. Após o preenchimento da Ficha de Inscrição o estabelecimento aderente receberá um e-mail automático a validar a sua inscrição e a informar que, no prazo de 5 dias úteis, receberá o autocolante identificativo de aderente à Campanha. A partir deste momento o Município correspondente passará a ter informação sobre o estabelecimento aderente na sua base de dados e o nome, e respectivos contactos, do estabelecimento surgirão no sítio da Campanha.

6. O estabelecimento aderente à Campanha compromete-se então a fornecer o número de refeições diárias que indicou na sua inscrição, sendo que a refeição deverá ser composta, no mínimo, por sopa, prato principal, pão e fruta.

7. Sempre que o estabelecimento aderente pretende alterar alguma da informação que consta da sua Ficha de Inscrição, poderá fazê-lo em qualquer momento e sem qualquer prejuízo, desde que com cinco dias úteis de antecedência da data em que pretende que essas alterações sejam consideradas. Para tal, deverá aceder à sua área reservada no sítio [www.direitoalimentacao.org](http://www.direitoalimentacao.org), onde constam os dados da Ficha de Inscrição, através da inserção do “Nome de Utilizador” e “Senha de Acesso” que lhe será enviado no email de validação da sua inscrição.





8. Semanalmente, o estabelecimento aderente receberá, via e-mail, ou por qualquer outro tipo de contacto, uma lista proveniente do Município com a indicação dos cidadãos com carências alimentares que irão recolher as suas refeições.

9. Mediante a apresentação do documento de identificação, o estabelecimento aderente acondicionará as refeições em recipientes do próprio cidadão com carências alimentares.

10. A partir do momento em que a refeição passa para a posse do cidadão com carências alimentares, a responsabilidade pelas condições de transporte dos alimentos será imediatamente endossada a este.

## 7

### **Cidadãos com carências alimentares, na qualidade de Beneficiários**

1. A identificação e candidatura dos cidadãos com carências alimentares, beneficiários desta iniciativa, é assegurada pelo Município, ou pela sua rede social.

2. O Município, ou quem este delegar, valida o estado de carência do cidadão e inscreve-a no sítio da Campanha: [www.direitoalimentacao.org](http://www.direitoalimentacao.org), mais concretamente na área reservada do Município.

3. No momento da inscrição, o Município deverá entregar ao cidadão com carências alimentares um documento a assinar por este dando autorização para que os seus dados pessoais sejam transmitidos aos estabelecimentos aderentes e utilizados para fins estatísticos, mantendo sempre a confidencialidade do cidadão. Este documento é impresso directamente do sítio da Campanha.

4. Em função dos estabelecimentos aderentes e da proximidade destes à residência do cidadão com carências alimentares, o Município informa o cidadão sobre o nome e localização do estabelecimento onde esta se deverá dirigir, durante uma semana, para ir receber refeições gratuitas.

5. O cidadão com carências alimentares deverá deslocar-se ao estabelecimento aderente que lhe foi indicado pelo Município e identificar-se através da apresentação do documento que seguiu na lista para o estabelecimento aderente.

6. O cidadão carenciado de alimentação deverá utilizar recipientes próprios para acondicionamento das refeições, que são compostas por sopa, prato principal, pão e fruta.

7. A partir do momento em que o cidadão recebe a sua refeição passará para si a responsabilidade pelas condições de transporte da mesma.

## 8

### **Acompanhamento e Avaliação**

1. A operacionalização da Campanha será objecto de acompanhamento regular por forma a evidenciar os seus pontos fortes e a corrigir eventuais aspectos menos conseguidos, com vista a atingir os objectivos de solidariedade social pretendidos.

2. Será definido um conjunto de indicadores simples de acompanhamento que permitirão de forma quantificada analisar a progressão e os resultados da Campanha.

3. Os resultados da Campanha serão periodicamente avaliados e objecto de divulgação pública através do sítio [www.direitoalimentacao.org](http://www.direitoalimentacao.org) e de outros meios apropriados de difusão.



## 9

### Comissão de Honra

1. A Comissão de Honra é actualmente composta pelas seguintes entidades:
  - Associação Nacional dos Municípios Portugueses - Fernando de Carvalho Ruas
  - Caixa Geral de Depósitos - Fernando Faria de Oliveira
  - Cáritas Portuguesa - Eugénio José da Cruz Fonseca
  - Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a Fome - Maria Isabel Torres Baptista Parreira Jonet
  - Fundação Calouste Gulbenkian - Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar
  - Fundação Oriente - Carlos Augusto Polido Valente Monjardino
  - Grupo Jerónimo Martins SGPS, S.A. - Elísio Alexandre Soares dos Santos
  - Grupo Nabeiro - Manuel Rui Azinhais Nabeiro
  - Grupo SONAE - Belmiro Mendes de Azevedo
  - Grupo Trivalor SGPS, S. A. - José Vitorino de Sousa Cardoso da Silva
  - Makro Cash & Carry Portugal, S.A. - Mathias Hinz
  - Millennium BCP - Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
  - Montepio Geral - António Tomás Correia
  - Petição "Desperdício Alimentar" - António Costa Pereira
  - União das Misericórdias Portuguesas - Manuel Augusto Lopes de Lemos
2. São atribuições da Comissão de Honra acompanhar, de forma regular, a evolução e progressão da Campanha, através da análise dos resultados obtidos pela concretização do ponto 8 deste Regulamento. À Comissão de Honra cabe ainda deliberar sobre o programa estratégico e de acção da Campanha, definindo ou mantendo objectivos de solidariedade social previstos.